

VELHICE E TURISMO: ATUALIDADE E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NÃO – FORMAL EM FAZENDAS HISTÓRICAS PAULISTAS

*Lívia Moraes Garcia Lima**

Resumo: A pesquisa teve por objetivo investigar e analisar as formas pelas quais propriedades rurais históricas paulistas se preocupam em proporcionar atividades voltadas para o lazer de idosos. O método da História Oral foi utilizado tanto para a coleta de informações sobre o patrimônio imaterial como para levantar as demandas do público idoso. A coleta de depoimentos foi acompanhada da realização de um diário de campo em associação com registros fotográficos das atividades educacionais e turísticas, observadas em duas fazendas selecionadas. A bibliografia da área da Gerontologia afirma e a pesquisa confirma que os relacionamentos sociais influenciam a saúde ao longo da vida. A oferta de turismo de massa para essa faixa etária e para os espaços patrimoniais das fazendas se mostra desaconselhável tanto para o público a ser atendido que não verá suas demandas respondidas como para os espaços turísticos a serem explorados, que poderão sofrer desgaste em seu patrimônio cultural rural.

Palavras-chave: Turismo cultural. Fazendas históricas. Gerontologia. História Oral. Educação patrimonial.

Abstrat: The research aimed to investigate and analyze the ways how the São Paulo historical rural properties of São Paulo worries in providing activities for the leisure of elderly people. The Oral History method was used for gathering information about the immaterial heritage and collect the demands of the elderly public. The collect of testimonials was accompanied by the execution of a field diary in association with a photographic register of the educational and tourist activities, as observed in two selected farms. The bibliography about gerontology directed our attention during the field research, because it states and the research confirms that the social relationships influence health throughout life. The provision of mass tourism for this age group and spaces of heritage farms proves unwise, both for the public to be satisfied whose demands will not be attend]ted, and for the tourist areas be explore, which could be worn in their out rural cultural heritage.

Keywords: Cultural tourism. Leisure. Historical farms. Gerontology. Oral history. Patrimonial education.

* Mestranda em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Orientação: Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo Email: liviaomoraes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe-se a discutir perspectivas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão idoso voltadas para o uso cultural do lazer, por meio de propostas de atividades de educação patrimonial não-formal e turismo cultural, no contexto das fazendas históricas paulistas, selecionadas pelo projeto em Políticas Públicas em andamento denominado: Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo (Oitava chamada para o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas - PPPP). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - APESP, em parceria com o Centro de Memória da UNICAMP, e está em sua segunda fase, ao qual a presente pesquisa está vinculada.

O projeto PPPP/FAPESP reúne dezoito propriedades em regiões significativas do Estado de São Paulo, sendo essas definidas pelos núcleos regionais compostos pelas cidades de Campinas, Limeira-Rio Claro, São Carlos-Araquara, Itu, Mococa- Casa Branca e Vale do Paraíba. O projeto tem como objetivo principal disponibilizar um conjunto de instrumentos e de metodologias de gestão, de conservação e de difusão para os responsáveis por esse patrimônio cultural rural, tanto os proprietários quanto as respectivas instâncias públicas pertinentes à área da cultura, da educação e do turismo.

Segundo o coordenador do projeto, Tognon (2007), o Patrimônio Cultural Rural pode ser definido como o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das iniciativas produtivas que se estabelecem, histórica e territorialmente, na área rural.

O pesquisador responsável pelo PPPP/FAPESP ainda ressalta que tal patrimônio cultural rural possui um perfil múltiplo, em escalas e tipologias, que contemplam não só as fazendas históricas e os complexos produtivos antigos, mas também usinas e barragens para a implementação das pioneiras redes de produção e distribuição de energia elétrica do campo e da cidade, pontes, diques, ferrovias, enfim, registros edificados no território agrário que se somam aos acervos artísticos, bibliotecas, arquivos, equipamentos e máquinas, festas e arte popular, hábitos, costumes, crenças e modos de fazer.

Por se tratar de um quadro complexo de questões que exigem uma abordagem ampla e multidisciplinar o projeto propõe um grupo de pesquisa estruturado em três núcleos temáticos: Inventário e Catalogação, Preservação e Sustentabilidade e Educação Patrimonial e Turismo,

A atual pesquisa está vinculada ao núcleo temático Educação Patrimonial e Turismo e selecionou duas fazendas entre as dezoito integrantes que foram definidas com base no universo abrangido pelo projeto em políticas públicas mencionado. As fazendas selecionadas para o projeto de mestrado foram a Fazenda Quilombo, localizada no município de Limeira - SP, e a Fazenda Pinhal, localizada no município de São Carlos - SP.

Assim, o objetivo geral do artigo é investigar e analisar as formas pelas quais as duas propriedades rurais históricas paulistas selecionadas se preocupam em proporcionar atividades voltadas para idosos, trabalhando o turismo cultural no espaço rural com uma preocupação voltada à educação patrimonial não-formal e sob um enfoque qualitativo.

De modo geral as fazendas históricas do interior de São Paulo têm um passado que lhes confere riqueza histórica e cultural únicas por possuírem paisagem típica rural e por apresentarem estruturas patrimoniais com significados específicos. Algumas podem ser mais privilegiadas como fazendas, pois lá se hospedaram o Imperador Dom Pedro II e sua comitiva, dispondo assim, de relíquias da época imperial, no âmbito da arquitetura, do mobiliário, das festas, dos “causos” e da culinária, o que lhes confere um sentido de valor único. Autores têm ressaltado que o turismo se utiliza justamente desse patrimônio único que leva cada vez maior número de turistas a se interessarem por desfrutar da beleza cênica e da história do lugar. Assim o turista e o patrimônio cultural entram em sintonia, por meio de uma intensa interpretação dos signos locais que permitem a redescoberta de um passado, às vezes contrastante com o presente, mas sempre cheio de fatos eloquentes, que fazem parte das memórias familiares dos idosos paulistas.

I VELHICE, LAZER E TURISMO: FENÔMENOS QUE PRESSUPÕEM O TEMPO LIVRE

Nas últimas décadas, estudos e projeções estatísticas mundiais vêm demonstrando o crescente envelhecimento populacional em países desenvolvidos e de maneira substancial em países subdesenvolvidos (HOOVER; SIEGEL, 1986). Para muitos pesquisadores o grande desafio para os países de Terceiro Mundo, que são carentes em vários aspectos, é fornecer melhoria de qualidade de vida aos que já envelheceram e aos que estão no processo de envelhecimento.

Conforme estimativas para o ano de 2050, países escolhidos para efeito de comparação internacional, conhecidos como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) possuirão ao todo cerca de 273 milhões de pessoas de sessenta anos ou mais de idade, o que corresponde a 40,6% da população idosa mundial (IBGE, 2008). No Brasil, entre 1950 e 2025, a população, como um todo, crescerá em torno de cinco vezes, enquanto o crescimento da população idosa será da ordem de quinze vezes. Assim, o Brasil será em 2025 a sexta maior população de idosos no mundo (KALACHE; GRAY, 1985).

Para Debert (1994), a constituição da velhice como problema social não pode ser entendida apenas como resultado mecânico do crescimento do número de pessoas idosas, como tende a sugerir a noção de “envelhecimento demográfico” usada para justificar o interesse social pela questão.

Assim, destaca-se a idéia de que para se usufruir da velhice é preciso dispor de políticas adequadas que possam garantir um mínimo de condições de qualidade de vida, para os que atingem a idade avançada e, sem dúvida, o lazer representa um marco importante nessa disponibilidade (SOUZA, 2002).

A manutenção de relações próximas com os outros e o permanente envolvimento em atividades, que sejam significativas e intencionais, são importantes para o bem-estar ao longo do curso da vida e na velhice. A tarefa para o idoso que pretende ter um envelhecimento bem-sucedido é descobrir e redescobrir relações e atividades que favoreçam o senso de significado e de proximidade (ROSA, p. 07, 2006).

Na avaliação de Neri (1993) a promoção da boa qualidade de vida na idade madura excede os limites da responsabilidade pessoal e deve ser vista como um empreendimento de caráter sócio-cultural. Isso resulta, portanto, não só do estado biológico, mas também das condições para um envelhecimento bem sucedido, por meio de contatos pessoais e sociais fora dos limites de seu espaço cotidiano.

Segundo Campos (2003), o entendimento do que seja o lazer e o turismo na terceira idade necessita da compreensão da velhice como continuidade de um processo natural da vida e da heterogeneidade bio-psico-social do indivíduo que a vivencia. Ampliando esse conceito, pode-se dizer que a velhice de um indivíduo é construída pela estrutura biológica de um indivíduo, por seu capital cultural e social e por suas crenças e valores, como resultado de tudo aquilo que vivenciou. Faz parte da noção de heterogeneidade da velhice a proposta de vê-la como um fenômeno não só biológico, mas também como uma etapa da vida construída socialmente e permitir ao velho ser consciente de sua importância como sujeito social. Mercadante (2005) afirma que “pensar a velhice de maneira não total é estabelecer uma determinação do biológico sobre todos os outros aspectos que explicam o envelhecimento”, ou seja, não se deve restringir a velhice apenas à análise de suas características biológicas.

Segundo Bacha, Strehlau e Perez (2006), o Brasil acaba de entrar no grupo dos dez países com maior percentual de idosos. Compõem esse grupo: China, Índia, Estados Unidos, Japão, Rússia, Alemanha, Itália, França, Brasil e Espanha. De acordo com o IBGE, em 2006 eram 17,6 milhões os brasileiros na faixa etária acima de sessenta anos (9,7% da população), correspondendo, então, a 2% dos idosos do mundo.

Assim, apesar de considerar o crescente número de idosos integrando a sociedade brasileira juntamente com os outros segmentos etários, está-se procurando investigar as novas interpretações e formas de uso cultural do lazer, bem como a vivência do lazer turístico por meio da educação patrimonial não-formal, associadas ao envelhecimento. Segundo Teixeira e Neri (2008) uma das importantes necessidades afetivas dos idosos é a alegria que se associa à exploração do ambiente, por exemplo, por meio do lazer.

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1994, p. 34).

Do ponto de vista dos estudiosos do assunto, Marcellino (1983) revela que ainda não há consenso sobre o que seja lazer, o que gera dificuldade para abordagens do tema, programação de atividades, difusão do conceito e compreensão dos juízos de valor associados ao termo. O autor destaca, entretanto, a existência de pelo menos duas grandes linhas conceituais relacionadas a essa temática: a que se fundamenta na variável atitude, considerando o lazer como um estilo de vida, portanto, independente de um tempo determinado e a que introduz o critério tempo como uma variável. O lazer só se realiza num espaço de tempo específico, que não se confunde com o tempo dedicado ao trabalho ou à prática de outras responsabilidades (familiares, sociais, políticas, religiosas etc.). O lazer é, então, situado como “tempo liberado” do trabalho ou como “tempo livre”, não só do trabalho, mas dessas outras obrigações, enfatizando-se a qualidade das ocupações desenvolvidas.

O autor ainda ressalta que em definições de lazer, como a que foi citada por Dumazedier (1994), é perceptível o destaque dado a alguns aspectos específicos, tais como seu caráter libertatório por ser resultante da livre escolha (embora condicionada por fatores socioeconômicos) e seu caráter desinteressado (sem fins lucrativos, utilitários).

Esta reflexão sobre o lazer como dimensão importante para o desenvolvimento humano vai ao encontro da abordagem feita por Harahousou (2000) sobre lazer de idosos, lembrando que as experiências de lazer oferecem oportunidades para interação social de forma produtiva e, por extensão, conduzem aos benefícios da socialização. A autora considera que a disponibilidade de tempo livre permite que se aprendam novas atividades e se desenvolvam novos interesses como parte de um grupo. Souza (2002) completa essa idéia ressaltando que, para se usufruir da velhice, é preciso dispor de políticas adequadas que possam garantir o mínimo de condições de qualidade de vida para os que atingem a velhice e, sem dúvida, o lazer representa um marco importante nessa disponibilidade.

Butler (1997) acrescenta que o lazer é também indicado como uma dimensão da qualidade de vida, sobretudo quando compreendido em sua função de desenvolvimento pessoal, isto é, “a função que permite uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão” segundo Dumazedier (1994). Por tal consideração, o lazer é um direito a ser integrado na qualidade de vida de uma pessoa.

O lazer, portanto, opõe-se à idéia de obrigação se reafirmando como fator de reequilíbrio psicossomático e de desenvolvimento pessoal e sociocultural. Além da formação, também oferece possibilidades de integração a instituições sociais e culturais e, ainda o desenvolvimento de novas habilidades. Bacal (2003) enfatiza que o lazer também se caracteriza pela realização de atividades de livre-arbítrio que se efetivam nesse tempo livre. Essas atividades dentre os lazeres, com destaque para o lazer turístico, considerado pela autora como um fenômeno social, são vistas como um fim em si mesmas, despertando no indivíduo sentimentos de bem-estar e satisfação.

Podemos considerar o lazer turístico como uma atividade que tem como suporte de sua definição a existência de um tempo livre contínuo – legalmente estabelecido – preenchido por atividades que dão satisfação íntima de acordo com o sistema referencial de valores e a estrutura econômica de cada contexto (BACAL, 2003, p. 98).

Tedrick e McGuire (2000) afirmam que o turismo vem ganhando peso cada vez maior, sobretudo quando se trata de idosos. Para Trigo (1998) o turismo faz parte de um universo chamado lazer e, segundo Camargo (1998), dentre todas as atividades de lazer, o turismo é certamente a que mais provoca ansiedade nos indivíduos, por todo um conjunto de imaginários e motivações que cercam o antes, o durante e o depois de um passeio ou uma viagem de lazer turístico.

Um estudo mais recente (LÁPIZ, 2003) revelou uma situação de vida bastante diferente quando associado ao tempo livre advindo com aposentadoria, quando se tem uma vida com escassa atividade, sem deveres ou obrigações, uma vida de tempo livre e lazer; ou seja, a velhice emerge como uma fase da vida que permite o aproveitamento do tempo para o lazer.

Para Doll (2007) o lazer como um simples passatempo deixa um possível sentimento de vazio, por isso o autor ressalta que as atividades desenvolvidas pelas pessoas idosas precisam ter significado vital, dependendo da biografia e das condições de vida de cada um. Para que uma atividade seja significativa, ela precisa ter algum vínculo com a identidade da pessoa: profissão, biografia, metas, ideais, valores. O autor ainda ressalta que estudos sociológicos analisam a influência de fatores como escolarização, classe social, idade, espaço urbano ou rural, estado civil, nacionalidade, profissão, saúde, gênero e recursos financeiros sobre a escolha e a prática e sobre a rejeição de determinado tipo de lazer.

Dumazedier (1994) ainda revela, em seus estudos realizados na França, que em casas de retiro, nos lares, nos clubes, descobre-se cada vez mais que a maioria dos aposentados, válidos ou não, abastados ou pobres, está principalmente em situação de lazer e que as atividades novas se desenvolvem, apesar da insuficiência do interesse ou dos preconceitos. É por meio da prática dessas atividades, com base nos valores correspondentes que as probabilidades de realização pessoal nos idosos são mais fortes.

Para o autor não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas também de lhes proporcionar cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada. É nesse contexto que surgem os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade como formas de criação de uma sociabilidade mais gratificante entre os mais velhos.

Um estudo realizado por Souza, Melo e Widmer (2008) afirma que em viagens curtas ou passeios de apenas um dia de duração, idosos têm diferentes tipos de expectativas. Desejam fazer novas amizades, descansar ou participar de atividades físicas. Assim, baseados nos resultados obtidos, as autoras oferecem às empresas que organizam viagens para idosos algumas sugestões como viagens que ofereçam passeios a locais de interesse histórico-cultural e que os guias forneçam explicações sobre a história do local visitado. Isso vem ao encontro ao objetivo da presente pesquisa, trabalhando o turismo cultural no espaço rural visando atividades sócio-culturais que sejam educativas e prazerosas e considerando o meio rural como uma experiência diferenciada de lazer para os idosos e as fazendas históricas como o atrativo turístico.

O turismo é um fenômeno extremamente complexo, mutável, que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo, em sua totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência (JÚNIOR AB, 2001, p. 23).

O turismo pode ser abordado segundo Bacal (2003), como objeto de estudo sob três perspectivas: como fenômeno (conceituação), como produto (suas características) ou como oferta (bem a ser comercializado).

Como fenômeno, é nítida nos meios acadêmicos a dificuldade em conceituar turismo. Define-se turismo como objeto formal de alguma ciência específica, isto é, definições nas áreas econômica, psicológica, sociológica etc.

Na presente pesquisa adotou-se o ponto de vista social, que oferece ao indivíduo, segundo Bacal (2003), oportunidades de relacionamentos espontâneos e gratificantes com pessoas que podem lhe dar, psicologicamente, um enriquecimento por meio de informações não conhecidas e vivências diferentes, focando em atividades que sejam educativas e prazerosas. A perspectiva de La Torre (1992) identifica o turismo como um fenômeno, mas, singulariza o autor, um fenômeno social. O destaque está nos elementos motivacionais e na relação com várias dimensões, nas quais o turismo pode gerar repercussão social, econômica e cultural, reforçando sua suscetibilidade de ser campo de estudo e de interesse de várias ciências sociais.

A intenção, com as reflexões trazidas pela presente pesquisa, foi refletir sobre o crescimento do mercado turístico e a criação de uma nova

linguagem em oposição às antigas formas de tratamento dos velhos: a terceira idade ou a melhor idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria inativa; o asilo passa a ser chamado de centro residencial. Os significados do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: nova juventude, idade do lazer, idade de ouro.¹ Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixa de ser um momento de descanso e recolhimento, para se tornar um período de constante atividade, em que o velho se torna somente um consumidor em potencial.

O uso da designação “terceira idade” ou “melhor idade” ao invés de velhice vêm provocar um novo sentido que seria o sentido da não-velhice, negando o sentido histórico da velhice como declínio, incapacidade, fragilidade e como fase de resignação às perdas da beleza e da capacidade físico-cognitiva. Essa nova sensibilidade considera a juventude como um valor dissociado à categoria etária, que deve ser preservado na vida das pessoas envelhecidas (OLIVEIRA, 2009).

Assim, o turismo se caracteriza por apresentar imensa capacidade de adaptação e de segmentação de seu mercado, moldando-se ante as dinâmicas de estruturação de novos produtos e também em novos mercados consumidores. É dessa forma que o turismo para a “melhor idade” aparece como fruto da segmentação turística, crescentemente ocupando espaço e ganhando visibilidade no contexto em que se desenvolve o turismo e sob o novo conceito de envelhecimento adotado pela sociedade moderna. Também sobre a concepção de velhice ativa atrelada à idéia de terceira idade, Debert (1999) enfatiza o quanto essa expressão e os movimentos que se organizam em torno dela indicam mudanças radicais na forma como o envelhecimento é visto, deixando de ser compreendido como decadência física, perda de papéis sociais e retraimento. A autora cita como exemplo o grande número de programas para a “terceira idade” no Brasil, como os grupos de convivência, as escolas abertas e as universidades.

Neri (2007), na análise que empreende das formas de tratamento como terceira idade, melhor idade, idade de ouro, idade legal, dentre outras, considera que são subterfúgios semânticos, palavras aprazíveis, mas têm o propósito de encobrir a velhice, portanto, permanecerão nessa pesquisa em suspensão. Na avaliação de Park (2005), a escolha pelo vocábulo “terceira idade” ou “melhor” idade, em detrimento da palavra velhice, encobre um debate mais importante, que é a função social da velhice na nossa sociedade brasileira. Para a autora, o uso de eufemismos como esses tende a privilegiar a discussão em torno da longevidade, cujo foco passa a ser o combate

¹ Tais termos são utilizados em vários programas gestados pelo poder público ou por empresas turísticas, que fugindo dos termos velho ou idoso, tentam ideologicamente afastar a realidade da velhice vendendo a idéia de que o lazer e o turismo rejuvenescem.

à velhice, uma grande preocupação da contemporaneidade, em meio a investimentos ideológicos voltados a essa faixa etária, em que o velho é alvo como um mercado consumidor crescente.

Assim, assume-se aqui o termo velho ou idoso pelo fato de essas categorias delimitarem com maior clareza as representações pelas quais a velhice vem passando.

2 ENVELHECIMENTO, TURISMO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NÃO-FORMAL

A realização de atividades de turismo cultural e de educação patrimonial não-formal nas fazendas históricas paulistas pressupõe o reconhecimento tanto do imóvel rural e seu entorno, quanto dos bens materiais móveis e imateriais. Além de seus atributos arquitetônicos e paisagísticos, sua excepcionalidade e sua historicidade, as tornam reconhecíveis como bens culturais. Esse processo pretende, ao dar a conhecer a propriedade e seus bens tangíveis e intangíveis, qualificá-la como patrimônio, inserindo-a na história e nas redes de valor cultural, otimizando assim a experiência de visita de grupos de idosos. A pesquisa vem possibilitando, com base na recuperação das propriedades rurais como bens culturais, re-significar práticas e representações sociais que nelas ocorrem. A meta da interpretação sócio-cultural desses ricos patrimônios paulistas é estabelecer uma rede de descobertas para o visitante idoso, estimulando seu olhar, provocando a curiosidade e o levando a descobrir muito mais sobre o lugar e seus habitantes, sua história, suas lendas, que valorizariam as atrações naturais e culturais das fazendas históricas, estabelecendo assim uma comunicação efetiva com o visitante e mantendo desse modo importantes interfaces com o turismo cultural ao agregar valor histórico-cultural ao que se tornou um produto turístico. Assim, entre as possibilidades que contribuem para o processo de intervenção educacional voltada para os idosos nas fazendas históricas paulistas, estão o turismo cultural no espaço rural e a educação patrimonial não-formal.

Estudar o fenômeno turístico é necessário diferenciar os seus diversos tipos e atentar para que tipos de interferência e reações esses diferentes tipos de turismo provocam nas culturas em que atuam (JÚNIOR AB, 200). Santana (2009) reflete que toda essa segmentação, que parece interminável e que certamente continuará no futuro, devido às necessidades de renovação da própria atividade, se encontra perfeitamente contextualizada em um momento de recrudescimento de movimentos com preocupações socioambientais, de caráter também global que introduzem aqueles conceitos de “alternativa”, sustentabilidade e responsabilidade.

A atual pesquisa preocupa-se em definir o turismo cultural no espaço rural estabelecendo uma relação com os espaços históricos das fazendas paulistas selecionadas, produzindo um conhecimento mais amplo do turismo

como fenômeno social. Rodrigues (2000) lembra que a expressão turismo no espaço rural foi adotada oficialmente para designar as modalidades turísticas típicas do campo: turismo de habitação, turismo rural, agroturismo e hospedagem rural. Assim, é grande a diversidade de termos, conforme cada configuração socioespacial, o que faz que o turismo assuma características próprias, de modo que não se pode falar em um turismo rural, mas, sim, em um conjunto de práticas turísticas no espaço rural. Além disso, segundo estudos anteriores em relação às fazendas históricas paulistas, geralmente os proprietários não fazem distinção entre turismo e lazer (CARVALHO; MOMESSO, 2001)

Oxinaldi (1994) ressalta que as palavras turismo e rural são bastante ambíguas e diz que o turismo rural engloba modalidades de turismo que não se excluem e que se completam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma do ecoturismo e do turismo verde, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura, além do turismo cultural.

Nas oportunidades para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, Beni (2002) identifica duas vertentes: a primeira está nas experiências já consolidadas em vários países, e também no Brasil, consubstanciadas no deslocamento de uma oferta de serviços de lazer e hospedagem em propriedades rurais produtivas, mediante a introdução do turismo no espaço rural como alternativa de aumento de renda, de agregação de valor à terra e de meio de fixação de trabalhadores rurais no campo. A segunda vertente reside nos casos de propriedades não produtivas que dispõem de amplas instalações receptivas, algumas de valor histórico-patrimonial e arquitetônico de época que, adaptadas, permitem absorver parte de uma demanda diferenciada. Ainda nesta vertente incluem-se os modernos hotéis-fazenda e acampamentos de férias para jovens e idosos, especialmente edificadas em áreas rurais de destacado valor cênico-paisagístico.

Em termos de permanência e de utilização de equipamentos, Novaes (2007) destaca que tanto podem ser utilizadas instalações de hospedagem em casas de antigas colônias de imigrantes trabalhadores e dos distintos períodos agrários do Brasil, como as sedes de fazendas e casas de engenho dos ciclos do café e da cana-de-açúcar, que tipificam o patrimônio histórico-arquitetônico e étnico-cultural de muitos estados brasileiros, como também a estrutura de pequenas propriedades ou ainda os complexos turísticos e hotéis-fazenda.

Assim faz-se necessário conceituar o turismo no espaço rural:

Ele consiste em atividades de lazer realizadas no meio rural e que abrangem várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta: turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo esportivo, turismo de negócios, turismo jovem, turismo social, turismo de saúde e turismo cultural. (ZIMMERMANN, 1998, p. 32).

Dessa maneira, o turismo cultural é baseado no patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e artístico enquanto produto da atividade humana, em que instalações abrem as portas para a exploração do passado (FAUSTINO, 2006) sendo compatível e comprometido com o fortalecimento da identidade, a preservação da memória e do patrimônio cultural em lugares de destinação turística. (FREIRE; PEREIRA, 2002). Barreto (2001) afirma que o patrimônio cultural resulta do conjunto de bens materiais e imateriais construídos por um povo e que acabam por delinear sua identidade. O turismo cultural viabiliza-se, portanto, em grande parte, por meio da interpretação planejada e realizada junto com a comunidade, reconhecida por Aloísio Magalhães, desde os anos 70, como a “melhor guardiã de seu patrimônio”, e que deve ser também a melhor anfitriã de seus visitantes.

O turismo cultural efetiva-se quando da apropriação de algo que possa ser caracterizado como bem cultural, seja o que for, pois patrimônio cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares. (FUNARI; PINSKY, 2005, p. 45).

Na avaliação do autor, o turismo cultural abrange tudo que constitui parte do engenho humano e, por isso, pode estar no cerne do turismo. Assim, na presente pesquisa, toma-se a cultura como componente central dos deslocamentos visando o lazer e como importante instrumento de conscientização social.

Juntamente com os impactos positivos do turismo na economia local, há sempre riscos de danos à natureza e à identidade local, trazidos pelos empreendimentos da área no setor, pois geralmente pequenas comunidades organizadas em torno de práticas culturais muito antigas se vêem bruscamente alteradas pela chegada de pessoas de estranhos costumes. Santana (2009) afirma que as formas de turismo praticadas, devem ser consideradas tanto no planejamento e gestão, quanto na análise dos produtos oferecidos.

Assim, o turista cultural chega pedindo licença e assim pode visitar a história, não só conhecendo as evidências materiais do passado, presentes em sítios, monumentos e objetos consagrados como patrimônio, mas também escutando ou lendo relatos e lembranças dos que vivenciaram e fizeram a história do lugar (GOODNEY; MURTA, 2002). Por meio do turismo cultural, o patrimônio tem mais condição de se tornar um recurso renovável, pois a atividade turística pressupõe o deslocamento de pessoas para apreciar a cultura de outras localidades e viajar para experimentar, o que permite ao longo do tempo, uma maior valorização dos bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis, mas sempre sob uma perspectiva sustentável. Assim, é necessário se pensar no turismo como um benefício ao patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, levar em conta os perigos de uma atividade turística descontrolada. Nesse caso, o turismo cultural passa a

desencadear um processo entre passado e presente, o que foi verificado nessas fazendas históricas, fugindo da idéia dos resorts e da artificialidade que os compõem.

Nessas fazendas os proprietários rurais recebem os hóspedes, levam-nos para conhecer todo o funcionamento do lugar, o modo de vida, hábitos e costumes locais e fazem com que as pessoas entrem em contato, interagindo com o meio, seja através de passeios à cavalo, de caminhadas ou da participação nas atividades de plantio e colheita - atividades agrícolas. Um diferencial marcante é que os turistas são acomodados como amigos e vivenciam a experiência como se fizessem parte da família (FAUSTINO, 2006, p. 23).

O turismo bem-sucedido vai muito além do transporte confiável e de hotéis confortáveis. Na avaliação de Goeldner (2002) é necessário o aprimoramento de todos os caminhos por meio dos quais uma localidade se apresenta, entre eles estão as atividades educacionais, científicas e culturais.

Para estabelecer uma relação com os espaços históricos das fazendas,

O turismo cultural voltado para a terceira idade assume um papel educativo alcançando seu ponto culminante no contato direto do indivíduo com seu interesse particular, seja ele um monumento histórico, uma etnia, uma dança, um museu. (DIAS, 2006, p. 49).

O autor ressalta a idéia de que o turismo cultural pode estar associado a outras atividades turísticas, como uma atividade de lazer educacional que contribui para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local.

Pelo método interpretativo, o lugar (no caso da atual pesquisa, as fazendas históricas paulistas), além de se expor naturalmente à apreciação do público, pode falar sobre si mesmo e explicitar sua identidade. Utilizando-se de diferentes fontes de conhecimento e formas de comunicação, o ambiente interpretado convida e facilita ao visitante chegar mais perto, experimentar, interagir, conhecer, aprovar ou criticar a dinâmica cultural daquele contexto. Segundo Freire e Pereira (2002), interpretar o patrimônio é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar.

Para a “interpretação do patrimônio e seu correlato planejamento interpretativo, são ressaltados os relatos orais e o seu registro, por meio de diferentes suportes escritos e/ou audiovisuais.” (FREIRE; PEREIRA, 2002). Os autores ressaltam que as expressões locais - falas do tempo, a memória que repousa no imaginário coletivo, de onde também brota a criatividade humana - representam um recurso importante que amplia e aprofunda a participação da comunidade, contribuindo de forma especial para desenvolver um sentido de lugar, transmitir seus valores, sua ecologia e sua história

para as novas gerações. E mais, esses relatos orais enriquecem o estoque de referências necessárias para inspirar soluções diante do novo, do inusitado, do que vem “de fora” trazido pelo turismo, num determinado momento, mas que logo se tornará passado e também se consubstanciará como memória.

Park, Fernandes e Carnicel (2007) ressaltam que as práticas, na área da chamada educação não-formal, também têm-se embasado em trabalhos que privilegiam a memória, pois esta facilita a reconstrução identitária do educando. Eles apontam que isolamentos culturais podem ser rompidos e a auto-estima dos grupos de educandos e de seus familiares sofre crescente valorização, mediante experiências educacionais realizadas fora do espaço escolar.

Para que ocorra a proposta de educação não-formal é necessário um local no qual todos tenham espaço suficiente para experimentar atividades lúdicas, estas entendidas como tudo aquilo que provoque a imaginação e seja envolvente e vá ao encontro de interesses, vontades e necessidades de crianças, adultos e idosos, sem preocupação com avaliações ou certificações. (SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001). A educação não-formal caracteriza-se por possibilitar a transformação social, dando condições aos sujeitos que participam desse processo de interferirem na história, por meio de reflexão e de transformação.

Todos os educandos, buscam o não-formal como espaço de experiência e vivência ampliada de educação, sendo lugar de formação no cotidiano sem promover segregações por idade, classe social, etnia, gênero, habilidades maiores ou menores (PARK; FERNANDES; CARNICEL, 2007, p. 32).

Em se tratando da educação não-formal envolvendo grupos de idosos, há uma constante troca de saberes entre esses participantes e os próprios educadores, pois todos pensam na prática na construção de um conjunto de ações, reflexões e produções, devido a uma ampla concepção de educação. Pensando nas atividades de educação patrimonial não-formal, a educação patrimonial tem a missão de criar atividades voltadas para o bem estar da comunidade local, não apenas para que se torne uma localidade viável para a promoção do turismo, mas principalmente para que também seja despertado em seus moradores o sentimento de valorização da sua história (POSSATI, 2005). A preservação do patrimônio pode ser tanto causa, como consequência do turismo (BARRETTO, 2001) e a prática turística pode constituir um processo de aprendizagem constante.

É necessário que se fique atento para esse patrimônio no sentido de sua preservação, identificação, documentação, proteção, valorização e revitalização dos bens intangíveis, como tradições e expressões orais, expressões artísticas, práticas sociais, atos festivos, técnicas artesanais tradicionais e se sugere que a transmissão desses bens ocorra essencialmente por meio da educação formal e não-formal. (PELEGRINI; FUNARI, 2008).

Desse ponto de vista, o patrimônio imaterial ou intangível dá alma aos espaços concretos monumentais sendo transmitido de geração a geração e é conceituado com base na perspectiva da alteridade, sendo considerado alvo de constantes recriações decorrentes das mutações entre as comunidades e os grupos que convivem num dado espaço social, do meio ambiente, das interações com a natureza e da própria história dessas populações. Em outras palavras, o patrimônio imaterial é o “saber fazer” e o “saber viver” e não o seu produto.

Nessa investigação que perpassa por toda a metodologia da educação patrimonial, cada objeto ou bem patrimonial carrega em si, impregnadas inexoravelmente, as impressões mentais de seus criadores. Os saberes, os fazeres, os querer, os valores, as crenças, os mitos e os sonhos estão definitivamente integrados... Inútil querer separar a matéria do espírito de uma cultura, o material do imaterial, pois o saber, a vontade, a configuração dessa cultura permanecerão inatingíveis, se não se manifestarem em alguma forma sensível, se não se revelarem através de um meio ou suporte, para que sejam recebidos e reconhecidos por outros indivíduos. (HORTA, 2005, p. 224-225).

Para a autora, é desnecessária e inadequada a dicotomia estabelecida e corrente entre o patrimônio material ou tangível e o imaterial ou intangível. Este, na qualidade de conteúdo, se expressa na matéria ou na realidade em forma de produtos, processos e fenômenos culturais percebidos e muitas vezes apropriados pelos membros de uma comunidade.

É com essa visão que o imaterial ou o intangível se torna físico. Se não for assim, se não estiver contemplado nessa cultura ou subcultura ou não for vivenciado por um ou alguns indivíduos, simplesmente não existe. Uma idéia, um ritual, um sistema de relações de parentesco, mas também uma moradia, um bosque ou uma catedral existem somente através de seus atores, imersos em vários sistemas e processos, com poderosas capacidades para regular necessidades e adaptações às mudanças. (SANTANA, 2009, p. 121).

Nesse sentido, a educação patrimonial é “um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico - temporal em que está inserido.” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 28).

Esse processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura, compreendida como múltipla e plural. Segundo Horta (2005), a expressão educação patrimonial, como síntese de uma proposta metodológica para o uso educacional dos museus e monumentos, parte da proposição do conhecimento direto dos bens culturais, visando sua apropriação sensorial, intelectual e afetiva por parte dos indivíduos. A educação patrimonial é o embasamento teórico em que se abordam, de forma simples os conceitos de cultura, bens culturais, materiais ou

imateriais, móveis ou imóveis. Em seguida se propõe um exercício de observação, em que se evidencia o potencial que qualquer personagem tem como fonte de informação sobre o momento histórico e/ou a sociedade que o criou (DUARTE, 1994). A autora destaca a importância de um processo contínuo de criação cultural, no qual a educação patrimonial busca levar as crianças e os idosos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos.

Partindo dessa discussão, entendemos que o papel da Educação Patrimonial é o de possibilitar que o patrimônio seja percebido como expressão de uma memória, através das possibilidades e intenções da sua ação educativa, e que influências exerça sobre nosso modo de viver, a fim de que passemos da mera contemplação e do consumo para a apropriação e produção desses bens culturais, como referências da nossa construção identitária (AMORIM, 2007).

Independentemente da atuação da escola, a sociedade vem desenvolvendo uma concepção própria de patrimônio, a partir de princípios nem sempre definidos e por meio de uma diversidade de ferramentas (ZANON; MAGALHÃE; BRANCO, 2009). Assim os autores destacam que o turismo se apropria do patrimônio na sua prática, sendo um dos principais elementos de definição de roteiros e investimentos na área. Nesse sentido, o profissional de turismo tende a se preocupar com a questão do patrimônio histórico e cultural, indo além da arquitetura e inserindo, em suas reflexões, elementos como a cultura imaterial, entre eles festas, lendas, causos, costumes e tradições.

Apesar disso, a educação patrimonial é considerada uma questão difícil e atual, considerando a tendência cultural hoje prevalente de crise de memória. A preservação da memória e do patrimônio cultural deve servir como um exercício de educação patrimonial, como forma de sensibilizar os idosos para o compromisso com a memória, com a história e com as próprias ações vivenciadas cotidianamente, na construção da história individual e coletiva. A educação patrimonial voltada para o público idoso esclarece e fundamenta o trabalho de conhecimento, apropriação e valorização de diferentes culturas, em diversos lugares e épocas. Dessa forma, é necessário se pensar a educação patrimonial não só como um aspecto a ser trabalhado comumente em escolas, mas também em espaços educacionais não-formais, (como é o caso das fazendas históricas selecionadas nessa pesquisa) e como fonte de ativação da memória social.²

Com o resgate da memória cultural, voltam a ser valorizadas brincadeiras, festas e jogos tradicionais típicos do meio rural, propiciando a valorização do trabalho

² Trabalhou-se com o conceito de memória social com base no conceito de Halbwachs (1990). A memória social é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla.

agrícola e familiar, além do sinergismo com pessoas no meio urbano. (FAUSTINO, 2006, p. 22).

As possibilidades de um trabalho de educação patrimonial não-formal em fazendas históricas paulistas promovem a ativação da memória social, construindo a auto-estima dos idosos, de modo a se identificarem com o patrimônio e o valorizarem como um bem de toda a coletividade.

A conservação e a preservação da memória ressaltam a idéia de que a memória não é apenas o registro escrito, nem se verifica somente nos monumentos, a memória a conservar é a da produção social como um todo, fundada nas constantes avaliações das ações sociais. (BRITO, 1989, p. 04).

Assim a pesquisa sobre o patrimônio cultural rural paulista se torna um trabalho sobre a utilização dos bens culturais como fonte de lazer e turismo, possibilitando um exercício de sensibilização para a valorização dos espaços rurais, a partir da análise das representações dos sujeitos e seus papéis, o imaginário rural, e da decodificação dos valores existentes naquele espaço. “O esforço de cada localidade em firmar-se como ponto de interesse turístico é importante e irrevogável, a partir dos anos 90. Será também em grande medida responsável pela preservação de aspectos culturais e sua divulgação.” (ANDRIOLO & FAUSTINO, 1999, p. 177).

A pesquisa possibilitou a construção de um conhecimento sobre a cultura material e imaterial e sua utilização em atividades de turismo cultural em espaços rurais privados (as fazendas históricas), anteriormente inacessíveis aos pesquisadores das diferentes disciplinas que integram a equipe da pesquisa em políticas públicas FAPESP - CMU. Além disso, trouxe novas contribuições, por meio de encontros e discussões que envolvem diretamente os proprietários das fazendas históricas. Nessas discussões eles apresentaram as necessidades e expectativas comuns, buscando assim promover no grupo uma tomada de consciência para minimizar dificuldades encontradas nessas experiências turísticas e demandaram a criação de um modelo que possa ser utilizado no atendimento à população idosa. Segundo Keer (2006), nesse processo em que os pesquisados participam da pesquisa e das discussões que decidem sua realização, acontece um fenômeno denominado *empoderamento*.³ Frisch (1990) conceitua o empoderamento como um processo que possibilita a aquisição de habilidades e conhecimentos àqueles que estão alijados do poder. O autor afirma que, com base em uma prática dialógica o grupo pode conquistar a promoção de uma consciência histórica

³ Empoderamento acontece em todos os grupos e classes sociais conforme nos mostra Freire (1996) em que este deverá sempre, estar pautado num movimento dialógico e em uma pedagogia situada, do contrário, torna-se vazio de sentido e somente serve a reprodução de relações de dominação construídas historicamente

mais democrática e dessa forma pode se apropriar de uma gama mais profundamente representativa de experiências, perspectivas e valores.

As reconstruções compartilhadas de processos históricos-sociais, via memória oral, podem redundar em argumentos políticos capazes de fornecer um certo poder aos grupos sociais estudados, permitindo a eles ganhos em suas lutas, sejam elas de caráter político, social ou cultural o assim denominado processo de empoderamento. (SIMSON, 2008, p. 07).

Essa autora afirma que o fator determinante do sucesso desse processo de construção e domínio conjunto de um conhecimento novo, está na capacidade de o pesquisador traduzir as conclusões da investigação científica numa linguagem que seja facilmente compreendida pelo grupo pesquisado.

Nesse sentido, as práticas de educação não-formal são encaradas como passíveis de serem aplicadas a todos os grupos etários, de todas as classes sociais e em contextos socioculturais diversos, gerando oportunidades de crescimento individual e grupal pela participação em processos de transformação social (SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001, p. 19).

No caso desta pesquisa, trata-se da transformação da realidade dos idosos, que passaram a vivenciar experiências turístico-culturais ligadas ao patrimônio rural paulista em uma abordagem que vem privilegiando as representações simbólicas dos diversos atores envolvidos: proprietários das fazendas, funcionários e visitantes. A questão patrimonial está inexoravelmente ligada à questão cidadã porque se encontra no cerne da formulação de políticas de definição e preservação; é essa articulação que afasta o enfoque conservador, saudosista, para dar lugar à consciência do uso social dos diversos patrimônios (material e imaterial), inclusive no espaço rural.

Dessa maneira a cultura e o patrimônio não são encarados como produtos turísticos, muitas vezes seguindo planos de viagem equivocados que maximizam o tipo de consumo e que denotam um uso superficial e mercadológico, mas como elementos de memória e identidades locais, possibilitando assim a experiência do turista idoso junto ao patrimônio histórico, no sentido de vivência plena das realidades materiais e imateriais.

A incorporação da cultura ao produto turístico pode contribuir para a restauração da identidade local justamente por meio da relação com o diferente, ou seja, o contraponto de culturas acaba gerando a valorização dos bens tangíveis e intangíveis dos núcleos turísticos receptores. (BACAL, 2003, p. 131).

Portanto, faz-se necessária a elaboração de programas específicos para cada propriedade rural que sejam eficazes para comunicar os sentidos do passado e do presente, bem como para atrair visitantes para formas de observação e compreensão, em processo de extinção. Na ausência dessa

atitude, há um grande perigo de que o patrimônio cultural seja tão homogeneizado e mercantilizado que chegue a perder seu potencial de atração educativa para a maioria dos observadores.

3 HISTÓRIA ORAL

História oral e turismo cultural lidam com viagens reais e imaginárias no tempo e no espaço, atendendo à necessidade de que todos têm, moradores e visitantes, de se reconhecerem e se diferenciarem no contato com o “outro”. A História Oral e o turismo cultural têm alguns aspectos em comum que os autores abaixo citados elencam:

A democratização do conhecimento sobre o passado e o reconhecimento das diferentes vozes que o traduzem no presente; o interesse em se aproximar do “senso comum” e em ampliar o acesso aos bens culturais e aos testemunhos da história; o interesse pela memória e a construção da identidade coletiva. (MURTA; ALBANO, 2002, p. 123).

Para a interpretação do patrimônio e seu correlato planejamento interpretativo, conforme conceituado por Murta e Albano, são fundamentais os relatos orais e o seu registro por meio de diferentes suportes escritos e audiovisuais. Para as autoras as expressões locais - falas do tempo, memória que repousa no imaginário coletivo, de onde também brota a criatividade humana, representam um recurso importante que amplia e aprofunda a participação da comunidade, contribuindo de forma especial para desenvolver um sentido de lugar, transmitir seus valores, sua ecologia e sua história para as novas gerações.

A pesquisa utilizou uma metodologia de caráter qualitativo com ênfase no método biográfico ou da História Oral, em associação com registros em diário de campo e a produção de registros fotográficos das visitas observadas. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas - HC/UNICAMP.

A pesquisa qualitativa não utiliza uma amostra estatisticamente significativa e sim aponta direções e encaminha possíveis explicações para os fenômenos sociais em estudo (LANG, 2001). Na avaliação de Queiroz (1988), a metodologia da História Oral foi empregada com tanto sucesso pelos cientistas sociais que foi encarada como a técnica por excelência, sendo complementar às metodologias quantitativas. Para a autora, o relato oral constituirá sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber e sua transmissão diz respeito tanto ao passado mais longínquo, quanto ao passado muito recente, a experiência do dia-dia.

O método da História Oral busca conhecer o passado recorrendo à memória do narrador. Nesse método a rememoração de fatos é empregada no processo de reconstrução da realidade sócio-cultural (SIMSON, 1997). Para a autora, o instante do rememorar implica o lembrar e o imaginar, pois apenas traços destas experiências podem ser construídos; elas nunca serão representadas, trazidas para o presente de novo, tais como ocorreram no passado. Essa rememoração pode ter um caráter mais pessoal e afetivo mas pode ser também um instrumento político ou um critério de definição da verdade, sendo a memória uma ligação entre passado e presente (BRITO, 1989).

O objetivo da História Oral não se limita à ampliação de conhecimentos e informações sobre o passado recente, mas visa conhecê-lo através da versão de pessoas que o viveram. Busca conhecer a sociedade através de testemunhos, construindo documentos que serão submetidos à análise (LANG, 2001, p. 93).

Assim, realizou-se primeiramente um levantamento do patrimônio imaterial que se apresenta nas dezoito fazendas históricas paulistas selecionadas pelo projeto em Políticas Públicas PPPP/FAPESP, por meio de entrevistas abertas com os proprietários para a rememoração dos saberes tradicionais rurais e também com os funcionários mais antigos das fazendas que realizam atividades educacionais e turísticas no espaço da propriedade. Para a entrevista, foi elaborado previamente um roteiro de questões, tendo por base os itens lendas e “causos”, festas e comemorações, culinária típica da fazenda, atividades musicais, de artesanato e remédios caseiros feitos à base de plantas.

Por meio desse levantamento foi possível conhecer melhor o universo das fazendas históricas e, dessas, dizer quantas se dedicam ao turismo cultural e à educação patrimonial. Também foi realizado o levantamento das atividades turísticas em espaço rural já realizadas no contexto das fazendas visitadas, por meio de entrevistas com os proprietários e o levantamento das atividades de educação patrimonial, ouvindo gerentes e monitores. Davis (2003) trata o momento da entrevista como um evento interativo, uma performance que envolve as atividades de ambos: o entrevistador e o entrevistado, permitindo compreender a entrevista como uma construção reflexiva.

Para Queiroz (1988) o relato oral se apresenta como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizou em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado, servindo para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível, como é o caso do patrimônio imaterial das fazendas históricas.

A História Oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destes tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam num momento dado. (QUEIROZ, 1988, p. 19).

Em relação aos registros em diário de campo, para Simson e Giglio (2001) é nas notas de caderno de campo que estão registrados todos os aspectos da construção da relação entre entrevistador e os vários entrevistados, as percepções e os insights que aconteceram durante a longa série de contatos e visitas ao campo. No caso da presente pesquisa, o diário de campo foi um instrumento imprescindível para o registro de observações e as impressões das idas às fazendas históricas, tanto em relação ao contato com os depoentes selecionados, como da comunicação com os proprietários e funcionários mais antigos da propriedade.

Em relação à valorização da experiência dos mais velhos, Queiroz (1988) relata que na França, até a década de 20 do século passado, a transmissão de conhecimentos por via oral e pela experiência direta continuava de grande relevância, sob a orientação dos mais velhos que detinham o saber prático referente às atividades agrícolas e aos ofícios. Simson (2002) relata sobre locais isolados da África, da Oceania e da América do Sul, onde a memória é organizada e retida pelo conjunto de seus membros, os quais se incubem também de transmiti-los aos mais novos, devido à sua maior experiência e vivência, exercendo assim o importante papel social de guardiões da memória.

Pessoas de mais idade dentro de um grupo sociocultural podem afirmar sua própria identidade, expandir as fronteiras de seu valor, reconhecerem-se como participantes da vida atual do grupo, por meio da memória compartilhada, porque a identidade individual é uma instância que depende do outro (SIMSON; GIGLIO, 2001, p. 144).

A escolha de duas fazendas para a realização da pesquisa justificou-se pelos proprietários terem formação universitária e incorporarem uma preocupação com a educação patrimonial ao organizar as atividades voltadas para idosos que ocorrem nas duas fazenda.

A Fazenda Quilombo, localizada no município de Limeira - SP, foi a primeira propriedade selecionada pela pesquisa. A propriedade ao longo de sua história recebeu um grande número de trabalhadores imigrantes de origem italiana, alemã e espanhola. Sua sede, construída em 1892, permanece em excelente estado de conservação, assim como galpões e outras dependências para guarda de grãos. Atualmente, é uma das únicas fazendas históricas paulistas a manter a atividade da cafeicultura, em pequena escala para consumo próprio e venda de café em pó ou em grão para os visitantes, além da criação de cavalos quarto de milha e puro sangue inglês usados em competições de pólo e hospedagem no período em que não estão em intensa atividade esportiva.

A segunda propriedade selecionada pela pesquisa, a Fazenda Pinhal, localizada no município de São Carlos-SP, compreende diferentes espaços (construídos ou naturais), como a casa grande, os terreiros, a tulha, o pomar,

a antiga senzala, pastos, plantações, dois ribeirões e uma mata ciliar nativa. A propriedade rural foi uma grande produtora de café em meados do século XIX no município de São Carlos. Em decorrência desse passado e da conservação de seu patrimônio material, em 1981, a propriedade foi tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo), e em 1987 foi declarada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico-Nacional).

Durante o trabalho de campo, dois grupos de idosos de classes sociais diferentes e origens diversas foram acompanhados: um grupo era de classe média-alta vindo da capital e outro de classe popular proveniente de pequena cidade interiorana.

Na Fazenda Quilombo foram acompanhados dois grupos de origem urbana, vindos da cidade de São Paulo. Um grupo foi intermediado por uma agente de turismo que realiza viagens voltadas ao público idoso e o outro grupo por uma guia de turismo contratada pela Secretaria de Turismo da cidade de Limeira. Durante a visita forma desenvolvidas conversas informais com os idosos que, como consequência da viagem, pretendiam ampliar tais experiências para os mais jovens da família, o que mostrou que a visita à Fazenda Quilombo é uma oportunidade de conhecimento e também de observações concretas que reconstroem memórias de trajetórias de vida pessoais ligadas ao meio rural. Em ambos os grupos, a Fazenda Quilombo fazia parte de um roteiro turístico em que esses idosos iriam conhecer outra fazenda histórica e, no caso específico do grupo vindo de São Paulo, iriam conhecer também a Festa do Morango no município de Atibaia (SP).

Na Fazenda Pinhal foram acompanhados dois grupos de origem rural, vindos da cidade de Ibaté - SP e da cidade de São Carlos - SP. Os grupos foram apoiados pelos órgãos municipais das respectivas cidades, que denotam respeito e preocupação com a qualidade de vida dos idosos, oferecendo transporte gratuito até a fazenda, complementando assim o trabalho da instituição. A visita guiada na propriedade só foi possível devido à gratuidade de ingresso. Como consequência da viagem, tais grupos não levantaram a hipótese de levar familiares ou amigos para conhecerem a fazenda, devido às condições econômicas restritas do grupo.

A maioria dos idosos pertencentes ao grupo nasceu no meio rural ou reside em espaços rurbanos. Assim, a visita foi norteada por histórias da "roça", por menção a receitas feitas no fogão de lenha, pelo reviver de lendas e histórias antigas e até pela emoção de um idoso que, tendo residido na década de 50 na Fazenda Pinhal, trabalhando como leiteiro e carpinteiro, até o momento da presente visita nunca tinha entrado na casa sede da propriedade. No final da visita, os idosos se sentiram muito valorizados pela atenção que os monitores da Fazenda Pinhal ofereceram a eles e pelo privilégio de um café servido no salão principal da casa sede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora fiquem nítidas, por meio da fala desses informantes, as diferenças socioeconômicas e culturais entre os diversos grupos observados, a visita à fazenda parece representar para todos eles um momento de prazer, adquirindo significado de extrema importância para o idoso, porque pode representar a fuga da rotina e do isolamento ou até a concretização de um sonho, que pela ruptura do cotidiano amplia horizontes históricos e possibilidades de convivência social.

A contribuição do artigo passa também pela discussão da condição do velho frágil versus aquela do velho ativo, criado pela “ditadura” da juventude, imposta pela sociedade atual que quer transformar todo velho em um velho participante. É necessária a discussão principalmente no meio turístico sobre o direito de ser velho, com viagens e passeios que levem em conta as condições reais do indivíduo, uma vez que a interpretação inadequada da velhice bem-sucedida pode se apresentar como uma espécie de negação da velhice, o que tentaria ocultar as fragilidades da idade e retiraria deles o direito de ser velho, com suas respectivas limitações.

Trabalhou-se a relação velhice e turismo em uma perspectiva educacional não-formal e não apenas na perspectiva operacional, como é feito nas áreas mais tradicionais do turismo, como a da gestão hoteleira ou a da administração das empresas turísticas. É necessário, assim, que os profissionais de turismo, que em suas atividades lidam diretamente com idosos, conheçam as particularidades desse público e respeitem sua autonomia e suas limitações para evitar atitudes que reforcem os preconceitos a respeito do velho frágil. Pensem atividades diferenciadas e concomitantes voltadas aos diversos tipos de velhos que buscam tais fazendas históricas.

A pesquisa finalmente constatou em situação de visita às fazendas recebendo idosos e os grupos selecionados, o prazer de construir um conhecimento sobre o passado rural que também poderia ser um passado de outras gerações da família, sem restrições curriculares, sem cobranças avaliativas e envolvendo memórias orais partilhadas por várias gerações.

Pode-se indicar como constatação principal desta pesquisa em termos práticos, que as propostas de turismo cultural ou educação patrimonial para idosos devem ser elaboradas visando o atendimento a grupos reduzidos e formados segundo o desejo e a seleção dos próprios idosos, para que sua efetividade e prazer alcancem os níveis desejados. A oferta de turismo de massa⁴ para essa faixa etária e para os espaços patrimoniais das fazendas

⁴ O turismo de massa abrange tanto o turismo de grupo como o turismo social. A diferença entre ambos reside no fato de que o primeiro tipo pressupõe indivíduos com disponibilidade para realizar viagens de férias com recursos próprios, sem qualquer forma de subvenção. O segundo tipo se caracteriza pelo vínculo com empresas – públicas ou privadas – que organizam viagens turísticas, e as subvencionam total ou parcialmente. (BACAL, 2003, p. 1)

se mostra desaconselhável, tanto para o público a ser atendido, que não verá suas demandas adequadamente respondidas como para os espaços turísticos a serem explorados que poderão sofrer sérios desgastes, em seu frágil patrimônio cultural rural.

Observa-se que o turismo cultural no espaço rural parte da constatação de que se deve prover atividades turístico-culturais com infra-estrutura e facilidades instaladas em propriedades, tanto aquelas de pequenos produtores rurais, como neste caso nas fazendas históricas paulistas selecionadas. Estas são motivadoras e propiciadoras de trabalho para as famílias residentes no campo e geradoras de oportunidades de emprego, enquanto oferecem aos visitantes idosos situações originais para desfrutarem do ambiente rural, vivenciando atividades e costumes ausentes do ambiente urbano.

Enfim, é necessário pensar em uma educação do uso do tempo livre, já na fase escolar, e que terá continuidade ao longo da vida com base em propostas de lazer que visem os interesses, as competências e as identidades do turista, seja ele idoso ou não, para que tais atividades ganhem significado e não sejam somente um passatempo vazio.

Dessa forma, as experiências das visitas que foram acompanhadas durante o trabalho de campo demonstraram que a conservação do patrimônio cultural rural pode ser entendida, sobretudo, como uma consequência do turismo cultural e da educação patrimonial não-formal. Sendo assim, a atividade turística contribuiu no sentido da valorização da cultura rural como um todo, por meio do patrimônio material (patrimônio arquitetônico) e do imaterial (saberes e fazeres). Além disso, é necessário considerar, de forma especial, os grupos menos favorecidos quanto à escolaridade e renda, entre os quais imagens negativas em relação à velhice são mais comuns.

Como o turismo cultural no espaço rural se caracteriza por atividades em que os visitantes se identificam com as especificidades da vida rural, ou seja, aquelas que valorizam o ambiente rural a economia e a cultura local, esse turismo deve ser visto como algo que não pode ser implementado sem uma assessoria especializada, tanto no campo da cultura, como no da Gerontologia. Pode ser entendido como um processo que permite mobilizar todos os recursos do mundo rural, numa perspectiva de integração de todos os setores e atividades, desde o turismo na pequena propriedade ao da grande fazenda, ao artesanato, ao comércio local, aos eventos, à agroindústria, à pecuária e ao uso moderado dos recursos florestais. É necessário, portanto, que o poder público (no nível municipal, estadual e federal) se faça presente no papel de incentivador, mas ao mesmo tempo de planejador da atividade turística em meio rural.

Sugere-se que os proprietários com maior experiência na adaptação das fazendas, principalmente aquelas com atividades turísticas já implementadas, partilhem e discutam com seus pares as estratégias e táticas já desenvolvidas nesse processo. A busca de parcerias com empresas, assim

como com órgãos públicos pode ser realizada em conjunto sob o “guarda-chuva” da Associação das Fazendas Históricas Paulistas.

As entrevistas realizadas com proprietários, moradores e funcionários das fazendas para a coleta de informações sobre patrimônio imaterial e sobre as atividades educativas a ele relacionadas, permitiram uma reflexão sobre a educação patrimonial e o turismo cultural no espaço rural voltadas para idosos, na atualidade. Percebe-se que a programação e o atendimento às necessidades dos idosos devem ser elaboradas, no sentido de não os transformar em turistas com necessidades especiais, mas levando em conta a fragilidade relativa de parte desse público.

Ao término desta pesquisa, conclui-se que as atividades de turismo cultural no espaço rural e de educação patrimonial não-formal nas fazendas históricas paulistas selecionadas podem ser desenvolvidas dentro de um mesmo propósito comum que envolve a própria noção de fazenda histórica. Porém, ao apresentar seus atrativos, cada propriedade faria, à sua maneira, de forma autônoma e original, uma apresentação das suas especificidades quanto a atrações e possibilidades de hospedagem e atendimento, tomando por base a história da propriedade no contexto da região. É necessária uma definição temática que se expressaria através dos roteiros turísticos propostos, capazes de mostrar o diferencial de cada uma delas e assim atrair grupos com demandas que se identifiquem com a realidade histórico-cultural da propriedade e com as atrações de caráter sócio-cultural que ela pode ofertar.

Campos (2003) destaca sobre a busca da compreensão do amplo campo de relação entre turismo e terceira idade e ressalta a grande necessidade de estudos e investigações enfocando essa relação. Assim, o turismo voltado para os idosos, especificamente o turismo cultural em espaço rural, ainda é um campo em construção que pode permitir a elaboração de programas diversos para cada uma das fazendas pesquisadas.

Acredita-se, dessa forma, que este artigo venha contribuir para a discussão sobre especificidades do campo Turismo & Velhice, suscitando assim novas discussões no âmbito da Gerontologia, da educação patrimonial não-formal e do turismo cultural no espaço rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, A.R.A. Arruando pelos lugares: as excursões históricas e de Educação Patrimonial. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 39. p. 345-361, 2007.

ANDRIOLO, A, FAUSTINO, E. Educação, turismo e cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo (SP): Hucitec, 1999.

- BACAL, S. *Lazer e o Universo dos Possíveis*. São Paulo (SP): Aleph, 2003.
- BARRETTO, M. *Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica*. Campinas (SP): Papirus, 2001.
- BENI, M.C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (Orgs.) *Redescobrimos a ecologia no turismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 1998.
- BRIOSCHI, L.R., TRIGO, M.H.B. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. *Ciência e Cultura*. São Paulo, SBPC, v. 39, p. 631-637, 1987.
- CAMARGO, L.O.L. *Educação para o lazer*. São Paulo (SP): Moderna, 1998.
- CAMPOS, T.J. *Lazer e terceira idade: contributos do Turismo no âmbito do Programa Clube da Melhor Idade*. 2003. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP).
- CAPITANINI, M.Ê.S., NERI, A.L. Sentimentos de solidão, bem-estar subjetivo e relações sociais em mulheres idosas vivendo sozinhas. In: NERI, A.L.; YASSUDA, M.S.; CACHIONI, M. (Orgs.). *Velhice bem-sucedida*. Aspectos afetivos e cognitivos. Campinas: Papirus: 71-90, 2000.
- CARVALHO, P.F., MOMESSO, S. Turismo Rural: um caso de fazendas históricas no estado de São Paulo. In: *Anais do 3º Congresso Brasileiro de Turismo Rural*, Piracicaba, Fealq, 221-8; 2001.
- DAVIS, K. Biography as critical methodology. *Newsletter Research Committee of ISA*, n. 38, Utrecht University, 2003.
- DIAS, R. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Saraiva, 2006
- DEBERT, G.G. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: NERI, A.L.; DEBERT, G.G. (Orgs.). *Velhice e sociedade*. Campinas (SP): Papirus, 1999.
- DOLL, J. Educação, Cultura e Lazer: Perspectivas de velhice bem-sucedida. In: NERI, A.L. (Org). *Idosos no Brasil: Vivências, desafios, e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- DUMAZEDIER, J. *A revolução do tempo livre*. São Paulo: SESC/Nobel, 1994.
- DUARTE, A.M.P. *Educação Patrimonial: guia para professores, educadores, monitores de museu e tempo livres*. Lisboa: Texto, 1994.
- FAUSTINO, R.F. *O turismo em espaço rural como modo de valorização do patrimônio cultural: estudos de caso na média depressão periférica paulista, o caso das Fazendas Capoava e Ibicaba*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FREYRE, G. *Rurbanização: o que é?* Recife: Massangana, 1982.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, D, PEREIRA L.L. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, M.M., ALBANO, C. (Org). *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- FUNARI, P.P., PINSKY J. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2005.
- GOELDNER, R.C., RITCHIE, B.J.R., MCINTOSH, R.W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8 ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2002.
- GOODNEY, B, MURTA, S. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: ALBANO, C.; MURTA, S. (Orgs). *Interpretação do patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte, UFMG/Território Brasília, 2002.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- HARAHOUSOU, Y. Ocio como potencial para el desarrollo personal e social de las personas de avanzada edad. In: CABEZA, M.C. (Org). *Ocio y desarrollo humano*. Bilbao, Espanha, 2000.
- HORTA, M.L.P. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 31, p. 221-233, 2005.
- HORTA, M.L.P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A.Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Censo Demográfico: resultados do universo*. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso. Acesso em 16 out. 2008.
- JÚNIOR, A.B. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: JUNIOR, A.B.; BARRETTO, M. (Orgs). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas (SP): Papyrus, 2001.
- LANG, A.B.S.G. História Oral: procedimentos e possibilidades. São Paulo: CERU, 2001.
- LINS DE BARROS, M.M. Testemunho de vida: em estudo antropológico de mulheres na velhice. In: LINS DE BARROS, M.M (Org). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LOLAS, F. *Estúdio cualitativo de la calidad de vida em el senescente: una propuesta metodológica*. Vértex, v. 29, 1997.
- LÁPIZ, C.R. *Tiempo Libre y nuevas responsabilidades em los adultos mayores*. Universidad de Granada. Disponível em: www.redadultosmayores.com.ar/docsPDF < Acesso em: 24 out. 2008.
- LA TORRE, O. *El turismo, fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Economica, 1992.
- MARCELLINO, N.C. *Lazer e humanização*. Campinas (SP): Papyrus, 1983.
- MERCADANTE, E.F. Velhice: uma questão complexa. In: CÔRTE, B., MERCADANTE, E.F., ARCURI, I.G. (Org). *Velhice e envelhecimento: complex(idade)*. São Paulo: Vetor, 2005.
- MURTA, M.S., ALBANO, C. Interpretação, Preservação e Turismo: uma introdução. In: *Interpretar o Patrimônio – um exercício do olhar*. Belo Horizonte (MG): UFMG, 2002.
- NERI, A.L. Feminização da velhice. In: NERI A. (Org). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativa na terceira idade*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- _____. Saúde e envelhecimento: prevenção e promoção. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). *Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008.
- _____. Qualidade de vida no adulto maduro: interpretações teóricas e evidências de pesquisa. In: NERI, A. (Org). *Qualidade de vida e idade madura*. Campinas (SP): Papyrus, 1993.
- _____. *Palavras-chave em Gerontologia*. Campinas (SP): Alínea, 2001.
- NOVAES, M.H. *Conquistas possíveis e rupturas necessárias*. Psicologia da Terceira Idade. Rio de Janeiro (RJ): NAU, 2000.
- NOVAES, M.H. *Turismo no espaço rural de Santa Catarina: uma análise dos meios de hospedagem, no enfoque da gestão ambiental, de 2004 a 2006*. 2007. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú (SC).
- OXINALDI, M.R. *Ecoturismo: nuevas formas de turismo em el espacio rural*. Barcelona: Bosch Casa editorial, 1994.
- OLIVEIRA, G.S.D. *Gestão e vivências de velhices nas Repúblicas de Idosos de Santos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PARK, M.B., FERNANDES, R.S., CARNICEL, A. *Palavras-chave em educação não-formal*. Campinas (SP): UNICAMP/ Centro de Memória/Setembro, 2007.

PARK, M.B. Entrevozes: crianças e velhos redimensionando práticas pedagógicas. *Revista Recriação* – UFMGS, vol. 1, n.1, p. 67-72, 1995.

_____. Educação formal versus educação não-formal: impasses, equívocos e possibilidades de superação. In PARK, M.B.; FERNANDES, R. S. (Orgs). *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas (SP)/ HOLAMBRA, SP: UNICAMP/CMU/Setembro, p. 67-90, 2005.

POSSATI, A.J. *Turismo e educação patrimonial*. Disponível em: www.etur.com.br Acesso em: 15 ago. 2008.

PELEGRINI, S.C.A., FUNARI, P.P. *O que é patrimônio imaterial?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. R. M. (Org). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália - Brasil)*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.

RODRIGUES, A.B. *Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia*. In. RODRIGUES, A.B. (Org). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo (SP): Contexto, 2001.

RODRIGUES, A.B. Turismo Rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (Org.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUSC, p. 51-68, 2000.

RODRIGUES, N.C. Situação social do velho em diferentes épocas e sociedades. In: SHONS, C.M., PALMA, L.T.S. (Orgs). *Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social*. Passo Fundo (RS): UPF Editora, 2000.

ROSA, F. *Significados de velhice bem-sucedida e sua relação com suporte social e saúde percebida em idosos residentes na comunidade: dados do PENSA*. 2006. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

RÚSSIO, W. *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação*. São Paulo: Instituto de Museologia/FESP, s.d.

SANTANA, A. *Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph, 2009.

SIMSON, O.R.M. Identidade na quebrada: educação não-formal, hip hop e história oral. In: *Anais da 12ª Conferência Internacional de História Oral, Pietermaritzburg - África do Sul*, 2002.

_____. *História Oral, memórias compartilhadas e empoderamento: um balanço de experiências de pesquisa*. Simpósio na Universidade de Concórdia no Canadá, 2008.

SIMSON, O.R.M., PARK, M.B., FERNANDES, R. *Educação não-formal: Cenários da criação*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP/Centro de Memória, 2001.

SIMSON, O.R.M., GIGLIO Z.G. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. In: NERI, A.L. (Org). *Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas, sociológicas*. Campinas (SP): Papyrus, 2001.

SOUZA, C.D.F. *Lazer e turismo na interface da saúde e da educação como meio de promoção de saúde mental do idoso*. 2007. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, H.M.R. *Turismo na Terceira Idade*. Expectativas e Realidades. 2002. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, H.M.R., FILHO, W.F., SOUZA, R.R. *Turismo e Qualidade de Vida na Terceira Idade*. São Paulo: Manole, 2006.

STEIL, C.A. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: RIEDL, M., ALMEIDA, J.A., VIANA, A.L.B. (Orgs.). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2002.

TEDRICK, R., GUIRE, F. Envejecer em el país de Ulises. Desarrollo humano e ocio. In: Cabeza, M.C. (Org). *Ócio Y desarrollo humano*. Espanha, 2000.

TEIXEIRA, I.N.O., NERI, A.L. Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, jan./mar, 19(1), p. 81-94, 2008.

TRIGO, L.G.G. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. 2º ed. Campinas (SP): Papirus, 1998.

TOGNON, M. *Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço para pesquisa, educação e turismo*: (oitava chamada para o Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP - PPPP/2007). Campinas (SP): Centro de Memória da UNICAMP, 2007.

ZANON, E.R., MAGALHÃES, L.H., BRANCO, P.M.C. *Educação patrimonial: da teoria à prática*. Londrina (PR): UNIFIL, 2009.

ZIMMERMANN A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J.A., FROELICH, J.M., RIEDL, M. (Orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.